

EXAME DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

| TC-009.691/2012-0 | ESPÉCIE RECURSAL: Recurso de Reconsideração |
|---------------------------------------|---|
| ENTIDADE/ÓRGÃO: Município de | DELIBERAÇÃO RECORRIDA: |
| Aragominas/TO. | Acórdão 6129/2012 (Peça 16). |
| RECORRENTE: Antônio Mota (R001 | COLEGIADO: 2ª Câmara. |
| – Peça 25). | ASSUNTO: Tomada de Contas Especial. |
| QUALIFICAÇÃO: Responsável. | ITENS RECORRIDOS: 9.1, 9.2 e 9.3. |

| 2. EXAME PRELIMINAR | Sim | Não |
|---|-----|-----|
| 2.1. HOUVE PERDA DE OBJETO? | | X |
| 2.2. SINGULARIDADE: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela | | |
| primeira vez? | X | |
| 2.3. TEMPESTIVIDADE: | | |
| 2.3.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCU? | X | |
| Data de notificação da deliberação: 31/8/2012 (Peça 27). | | |
| Data de protocolização do recurso: 14/9/2012 (Peça 25, p. 1).* | | |
| *Como data de protocolização do recurso, foi utilizada a data de recebimento do mesmo via fax, qual seja, 14/9/2012. Ressalva-se que a versão original do recurso (Peça 31) foi protocolizada em 18/9/2012, conforme pesquisa realizada no sistema e-TCU. | | |
| Portanto, conclui-se pela tempestividade da presente peça recursal. 2.3.2. O exame da tempestividade restou prejudicado por falta do ciente do recorrente ou por ausência da data de protocolização do recurso? | | X |
| 2.3.3. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos? | N/a | |
| 2.4. LEGITIMIDADE: | | |
| 2.4.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso? | X | |
| Justificativa: Trata-se de recurso interposto por responsável já arrolado nos autos, nos termos do art. 144, §1°, do RI-TCU. | | |
| 2.4.2. Em caso de representação processual, foi apresentada regular procuração? | N/a | |
| 2.5. INTERESSE: Houve sucumbência da parte? | X | |
| 2.6. ADEQUAÇÃO: O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a | | |
| decisão recorrida? | X | |

3. CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR

Em virtude do exposto propõe-se:

- **3.1.** conhecer do **Recurso de Reconsideração**, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, suspendendo-se os efeitos dos itens **9.1, 9.2 e 9.3** do acórdão recorrido, com fulcro no art. 285, *caput*, do RI/TCU, e art. 48, § 2°, da Resolução-TCU 191/2006.
- **3.2.** encaminhar os autos ao gabinete do relator sorteado para apreciação da admissibilidade do

| [* | presente recurso, nos termos do <i>caput</i> dos artigos 48 e 50 da Resolução/TCU 191/2006, com redação dada, respectivamente, pelos artigos 40 e 41 da Resolução/TCU 233/2010 e Portaria/Serur 2/2009. | | | |
|----------------------|---|----------------|--|--|
| | | | | |
| CAD/CEDIID 10/0/2012 | EÁDIO EULUZAWA EEDDEIDA | A agin atrana. | | |